

OLHAR O MUNDO COM OLHOS DE MULHER? (À respeito dos homens e a luta feminista)*

*“Creio, perante a evolução imensa.
Que o homem de amanhã vença
O homem particular eu que ontem fui!”*

Augusto dos Anjos

*"Todo verdadeiro revolucionário deve sentir em sua própria face
o tapa dado na face de qualquer outro ser humano"*

Che Guevara (depois de Marti)

A questão central que aqui se propõe parte de um pressuposto básico: a luta específica das mulheres contra a opressão a que se encontram submetidas se vincula, sem que isto signifique a perda de sua particularidade, à luta mais ampla pela transformação integral da sociedade. Qual a relação entre a mediação particular e a mediação universal, ou seja, a luta específica da mulher e a luta de classes? Neste sentido, a relação do movimento de mulheres e do feminismo com outras organizações políticas mistas evidencia a necessidade de refletir sobre sua ação e concepção em relação à parcela masculina e seu papel.

No caminho percorrido pelo movimento de mulheres e, em específico pelo feminismo, podemos presenciar uma saudável evolução que caminha, nos dias atuais, para uma síntese bastante promissora e fecunda. Passaremos rapidamente por um apanhado desta evolução teórica.

MARXISMO E FEMINISMO: Casamento infeliz?

Parte-se de um certo entendimento de que, apesar das contribuições significativas das elaborações marxianas e engelianas sobre a mulher na sociedade capitalista, sobre a família e a exploração da mulher como parte da classe trabalhadora não podemos encontrar nos escritos originários de Marx e Engels os elementos para uma teorização sobre a opressão específica sobre as mulheres. Existe uma tendência a se caracterizar uma identidade entre exploração-opressão, o que leva a considerar que a inclusão da mulher no mundo do trabalho pela crescente proletarianização da sociedade, teria efeitos na alteração da família e que, a partir da igualdade diante da produção, se poderia chegar a igualdade entre os sexos e a superação da opressão.

Poderíamos afirmar que na compreensão equivocada destas análises e na posterior mecanização do marxismo como método, encontramos a razão de ser desta formulação que coloca a libertação da mulher como fruto de um momento posterior à revolução e que pressupõe o mais amplo desenvolvimento das forças produtivas, a socialização da produção, a incorporação da mulher à esfera produtiva e a conquista das igualdades formais diante do salário, dos direitos sindicais e da participação política.

A história dos trabalhadores e de suas revoluções, nos coloca, entretanto, diante de constatações que problematizam esta forma de ver a questão. Que pese os avanços conquistados diante da igualdade formal, as revoluções de caráter socialista evidenciaram

* Texto originalmente produzido em maio de 1991 como parte dos estudos do Instituto Internacional de Investigações e Formação (Amsterdã – Holanda) e modificado nesta oportunidade para publicação.

muito pouco, para não dizer nada, de um efetivo salto de qualidade no que diz respeito à opressão da mulher. Poderíamos citar as tentativas de Vera Schimmit na Alemanha e URSS, a realidade dos países do Leste Europeu, as dificuldades na Revolução Cubana, até os potenciais e os limites que se expressam no processo nicaraguense.

Esta visão limitada produzirá conseqüências no campo da ação prática do movimento e suas implicações políticas. Como diz Heidi Hartmann em seu texto, significativamente chamado "O infeliz matrimônio entre o marxismo e feminismo"¹, a decorrência desta visão é que "a libertação das mulheres requer primeiro que elas se convertam em trabalhadoras assalariadas como os homens e, segundo, que se unam aos homens na luta revolucionária contra o capitalismo.

Uma das principais vítimas da positivização do método marxismo é a dialética. Parte-se de oposições absolutas onde a unidade só pode ocorrer pela negação absoluta de uma das partes (aliás, como no casamento burguês!). Desta maneira opressão e exploração são absolutos e sua unidade se dá pela afirmação da exploração e o abandono da opressão e desta forma, no infeliz casamento entre o marxismo e feminismo o primeiro subordina o segundo.

Por um lado as feministas que buscam o referencial teórico marxista se esforçam para inserir a questão da mulher, e sua especificidade, a partir de seu papel na totalidade do sistema capitalista, e, portanto, além da esfera da produção até a reprodução, chegando a importantes conclusões e contribuições para as questões da reprodução da força de trabalho, a crítica ao papel do salário família, o papel preponderante da mulher no exército industrial de reserva², para citar apenas algumas.

Talvez uma das contribuições mais interessantes da leitura feminista, por seu significado e implicações, é a tentativa de não se limitar ao conceito de classe, necessariamente derivado na relação com os meios de produção, inserido nas relações sociais de produção, mas buscar resgatar o conceito de divisão social do trabalho por gênero, utilizado com intensidade, por exemplo, na Ideologia Alemã e nos Manuscritos de 1844. Isto porque a divisão social do trabalho seria anterior ao próprio surgimento da sociedade de classes, o que permitiria à reflexão teórica buscar os elementos para a necessária diferenciação entre a exploração econômica (de classes) e a opressão (de gênero).

Por outro lado, o que se convencionou chamar de "feminismo radical" que absolutizaria esta separação e, diante dos limites do marxismo neste campo, acabariam por conceber uma oposição entre patriarcado (opressão de gênero) e o capitalismo (como opressão de classe). Parte-se da constatação, em si verdadeira, de que o capitalismo foi precedido do patriarcado que parece ainda se manifestar em experiências revolucionárias pós-capitalistas, entretanto ao extremo, esta percepção pode levar à formas imprecisas de conceber a luta das mulheres com as conseqüências políticas que disto deriva.

Segundo Zillah Eisenstein (1977), esta visão acaba concebendo a história "como patriarcal e suas lutas como as lutas entre os sexos", e desta forma as batalhas centrais se dariam "entre homens e mulheres, mais que entre a burguesia e proletariado, e as relações determinantes (passam a ser) as de reprodução e não as de produção"³.

¹ HARTMANN, Heidi - "O infeliz matrimônio entre marxismo y feminismo: hacia una unión mas progressista", in Teoria y Política. Mimeo.

² YOUNG, Iris - "Mas aja del matrimonio infeliz: una critica al sistema dual" in Sargent, Lydia (org) - "Women and revolucion a discussion af the unhappy mania af marxism and feminism" Boston, South end Press, 1981, pp 43-69.

³ Eisenstein, Z. - Patriarcado Capitalismo y Feminismo Socialista, versão reduzida de um artigo publicado no The insurgent Socio logist, 7 n° 03, 1977

A síntese a qual me referia anteriormente vai no sentido de entender o caráter de nossa atual sociedade como patriarcado capitalista, ou seja, que embora incorpore a necessária diferenciação entre a dominação e opressão patriarcal e a dominação e a exploração de classes sob o capitalismo, concebeu não uma polarização mecânica, senão que uma interação dialética onde a exploração de classe pode, e na realidade o faz, se dá por mediações onde uma delas, uma das fundamentais, é a opressão sobre a mulher, a hierarquização de poder e funções segundo o sexo.

Para se compreender o caráter subversivo e revolucionário desta aproximação teórica diante da realidade patriarcal capitalista em que vivemos, precisamos, ainda, incorporar a este conjunto de resgates metodológicos, a categoria da alienação e a sua relação na equação ser particular - ser genérico, como nos coloca, por exemplo, Agnes Heller (1985). Em primeiro lugar porque a categoria da alienação é suficientemente ampla e abrangente para dar conta de fenômenos que não se vinculem diretamente as condições de exploração econômica. Como afirma Z. Eisentein (1977) "ainda que a teoria da alienação inclua a exploração não deve reduzir-se a ela". Em segundo lugar porque permite conceber a relação de opressão a cada momento como a unidade contraditória entre os limites e as possibilidades, ou seja, o que permite perceber no trabalhador explorado pelas circunstâncias dadas pela realidade capitalista, assim como o potencial revolucionário imanente. Neste sentido a luta específica da mulher contra a situação particular de sua opressão, e desta forma a afirmação de sua singularidade enquanto mulher, é também o potencial de superação desta opressão e a reafirmação do ser humano em sua integralidade genérica. Podemos dizer que a luta específica e particular da mulher é uma mediação particular concreta da luta genérica pela emancipação humana.

É neste contexto que devemos compreender a afirmação que nos diz que não haverá libertação dos trabalhadores se não houver a libertação da mulher. Isto significa que além do fato da irrefutável vinculação da luta das mulheres no campo da luta de classes (igualdade de remuneração do trabalho, direitos sindicais, possibilidades iguais de ascensão, etc), sua luta específica atua incisivamente na superação da opressão materializada na forma patriarcal da família, nos valores dominantes na cultura, no senso comum e na ideologia, nas relações de poder (na fábrica, na escola, mas também no sindicato, no partido), superação esta que não se dando, impede a efetiva libertação do ser humano na sua busca de uma transformação radical da sociedade.

Evidentemente no caso da família esta constatação ganha relevo e importância. Sempre houve um grande consenso, inclusiva à esquerda e à direita, da importância do papel da família na garantia, estabilidade e reprodução de determinada sociedade, de determinada ordem; entretanto, paradoxalmente, acredita-se que se ação humana e a iniciativa política que é vital para se garantir a ordem ou revolucioná-la nos campos da política e da economia, não valeria no que diz respeito a família. Os conservadores acreditam que ela se mantém por condicionantes naturais, fora da história ou biológica; ao passo que alguns revolucionários parecem acreditar que ela mudará por dinâmicas externas à família, por exemplo, como consequência de uma alteração ao longo prazo todas estruturas econômicas, políticas e ideológicas.

Ambos se equivocam, por que a história tem nos demonstrado que também neste âmbito o papel consciente tem uma grande importância. A família não se transformará por si mesma, a ideologia não se transformará para depois mudar a família, pois, é exatamente na família que se criam os pilares e as bases para a existência da ideologia e as condições de sua reprodução. Os homens novos, da sociedade pós-capitalista, da transição socialista, sendo

criados por famílias velhas, não transformadas, se tornarão mais homens (no sentido patriarcal) do que NOVOS.

E neste campo a força social e histórica que por sua posição particular pode, através de sua ação, apontar para a superação necessária é composta indubitavelmente pelas mulheres.

E OS HOMENS? Os olhos masculinos e os olhos de mulher

É assim que se coloca diante de nós todos, os que compreendem a importância estratégica da luta feminista, uma questão: uma vez que cabe as mulheres, pois são elas de fato que vivem a opressão, a iniciativa e o combate decisivo nesta luta; qual seria o papel dos homens?

A primeira constatação que emerge, quase como uma obviedade, é que nesta trama cabe aos homens o papel de opressor. Na verdade, no âmbito das relações estabelecidas entre os sexos sob o patriarcado (e no capitalismo com intensidade ainda maior) é o homem que se situa numa situação de poder, tem efetivamente privilégios e desenvolve, interesses muito nítidos na perpetuação de tal ordem. Para que não fique extremamente abstrato, deixando margem para o escapismo, estes privilégios e esta relação de poder se manifestam em coisas muito objetivas: a apropriação da força de trabalho na reprodução e manutenção da casa e da família (cozinhar, lavar, cuidar da roupa, fazer compras, cuidar das crianças, etc), a desigualdade dos métodos contraceptivos (a maioria penaliza a mulher, a pesquisa e a técnica são controladas por homens, a criminalização do aborto, etc) a decisão de ter ou não filhos (o corpo é da mulher, mas a decisão é do casal, da igreja, do parlamento, dos juizes, etc).

Poderíamos resumir dizendo que existem interesses objetivos que reforçam e garantem aos homens a posição vantajosa de como opressor no campo desta relação particular. No entanto só estes interesses objetivos, não são suficientes para compreender o grau tão acentuado da resistência da parte dos homens em aceitar a luta feminista.

A libertação da mulher atinge o homem não somente na perda inevitável de seus privilégios objetivos, como também, e principalmente eu diria, na sua identidade masculina, e isto não apenas nos campos dos valores ideológicos (na minha casa quem manda sou eu, a minha mulher, mulher minha não trabalha, "quien lleva los pantalones en su casa" como dizem os cubanos), mas no campo da identidade psicológica, na estruturação de sua personalidade. Existem estudos de psicólogos sociais norte americanos que apontam para a atual estrutura da família e a figura internalizada de uma "mãe ameaçadora", evidenciada pelo distanciamento objetivo da figura paterna devido a dinâmica contemporânea do capitalismo; que são caminhos interessantes a serem pesquisados.

De qualquer maneira, mesmo sem teorizações mais profundas, podemos perceber pela explosiva comprovação da realidade a resistência enorme que expressam os homens diante da questão feminista. Entretanto para nós, que nos colocamos em uma perspectiva revolucionária, a questão é um pouco mais complexa: o que devem fazer os homens que passam a aceitar a validade e a importância da luta das mulheres? E ao formular esta questão outra se impõe de imediato: e a questão da autonomia do movimento de mulheres e da luta feminista.

A primeira possibilidade é retornarmos a posições aqui já descritas é considerar a luta das mulheres como parte da luta geral de nossa classe e, assim, incorporá-la ao conjunto de nossas tarefas práticas e organizativas. Acontece, que desta forma desapareceria a especificidade da questão da mulher e não seria "necessária" qualquer autonomia. Esta

solução, ao meu ver incorreta, é, infelizmente, constantemente proposta e não raramente efetivada na prática de nossas organizações.

Uma outra possibilidade é a aceitação formal da importância da luta das mulheres e sua autonomia. Digo formal, pois esta posição costuma conter embutida outras distorções que não emergem na sua aparência. Uma delas é a visão de um movimento de mulheres que se atém a lutas específicas (por creche, leite, educação, etc) e que a ideologia patriarcal atribui à "coisas de mulher", daí, inclusive sua autonomia. Esta solução tem ainda a vantagem para a lógica machista de livrar, graças a autonomia, alguns dirigentes de ter que participar do debate feminista e expor suas posições a respeito do tema.

Poderia existir uma outra opção? Acredito que sim. A partir do momento que compreendemos o caráter estratégico da luta das mulheres na transformação integral da sociedade (pois esta, segundo afirmamos, terá que incluir a transformação das atuais relações entre homens e mulheres), teríamos que incorporar efetivamente este campo de luta no horizonte de nosso programa e nossa prática partidária e na ação dos movimentos sociais. A questão é que muitos ainda pesam que ao afirmar isto estaríamos, automaticamente, eliminando as questões específicas.

Este seria um bom exemplo para ilustrar o que dizíamos a respeito do abandono da dialética. O raciocínio seria mais ou menos estes: se as mulheres lutam por seus interesses específicos, então tem que criar uma organização a parte, autônoma; caso contrário, se lutam por interesses gerais então podem fazer parte de nossas organizações políticas, desde que esqueçam ou deixem de lado de fora as questões ligadas a sua especificidade (a luta contra a opressão de gênero, o direito ao corpo, a questão da sexualidade, da violência contra a mulher, etc).

Desta maneira não vejo porque deva haver antagonismo na afirmação da necessidade de incorporação da questão da mulher no horizonte estratégico e programático e a conquista da autonomia e independência do movimento de mulheres. Esta autonomia, no sentido de lutar por uma correlação de forças que lhes permita a ocupar maiores espaços dentro de nossas organizações, sejam partidárias, sindicais ou de qual quer que seja, a fim de combater as manifestações da opressão que aí se manifestam.

Disto concluímos que o papel dos companheiros homens não é, evidentemente, participar, disputar a direção, representar quem quer que seja junto ao movimento de mulheres. A contradição básica que aqui se coloca é se o companheiro homem pode deixar, uma vez aceitando politicamente a questão feminista, de ser o opressor nas relações socialmente estabelecidas na sociedade atual.

Como dizia um companheiro num debate recente, um racista pode deixar de ser racista, um burguês pode deixar de ser burguês e aderir a causa dos trabalhadores, mas um homem não pode deixar de ser opressor. Ao que parece este companheiro parte da visão, correta em princípio, de que existe uma diferença substancial entre a questão racial, o de classe e o da opressão sobre a mulher. Entretanto ao parar aí sua afirmação pode levar, ainda que se esforce para relativizá-la, a um certo fatalismo, a uma absolutização da situação dada.

O que mais me preocuparia nesta afirmação não é sua coerência interna, inevitavelmente precária pela situação onde foi proferida por questões de tempo e a forma do debate, mas sim suas implicações políticas, no sentido que me parece o espaço perfeito para as táticas escapistas. Por este raciocínio o homem pode no máximo se solidarizar com o movimento de mulheres, mas sua condição de opressor é uma fatalidade.

Uma companheira no mesmo debate afirmou que o que se espera dos companheiros a que chama ironicamente de "machistas esclarecidos" ou "feminista em construção", deve ser

a solidariedade como compromisso político e não como concessão, podendo se usar também os aportes que certos homens possam ter que contribuam para a compreensão da questão feminista. Eu concordaria com a necessidade da solidariedade como compromisso político, no entanto nossa prática tem demonstrado que entre a afirmação da solidariedade como princípio e a prática vai uma certa distância, por vezes intransponível. Em outros campos, como a solidariedade internacional, temos bons e claros exemplos deste fenômeno.

Isto permite a existência de posições bem conhecidas que vão afirmar que, sim existe a opressão específica sobre a mulher, sim é importante a luta autônoma das mulheres, sim não há libertação dos trabalhadores sem a libertação das mulheres, e todas estas coisas costumam estar presentes: em nossas formulações, entretanto esta posição pode muito bem estar na boca de um companheiro que em sua vida cotidiana nega, ponto por ponto todo e qualquer princípio de uma prática e uma postura inovadora na relação com sua companheira em casa, com as que convive no trabalho e, não raramente, com as que compartilha a militância. Afinal a transformação da família será um longo processo, estas coisas não mudam do dia para a noite, costuma-se afirmar.

A solidariedade fica garantida no campo do formal e os resultados, por vezes, são catastróficos, como quando se afirma que a luta das mulheres e atenção ao tema é muito importante uma vez que as mulheres são mais de 50% do eleitorado, em uma visão utilitarista e oportunista, para dizer o mínimo.

A questão de fundo é se há interesses por parte dos homens na luta de libertação da mulher e se esses interesses são antagônicos com a posição de fato que ocupa nas relações de gênero?

A primeira questão a ressaltar é que a superação da condição de opressor não passa pela posição teórica ou ideológica que alguém possa ter, não é, portanto, um simples ato de vontade. A opressão é fruto de uma relação social estabelecida, na família onde ocorre sua mediação concreta e mais determinante, e em todo o tecido social. Neste sentido não se supera a condição de opressor decidindo não sê-lo.

Não podemos parar nossa afirmação neste ponto sem o risco de cair invariavelmente na fatalidade, na naturalização da opressão ou da mecânica subordinação dos indivíduos à materialidade das relações. O caráter contraditório da determinação materialista no caso das relações sociais é que elas são criadas e mantidas pelos seres que nela serão aprisionados. Aqui mais uma vez a questão da imanência e da objetividade proposta por Marx e resgatada por Agnes Heller parece ter importância decisiva. Os seres humanos fazem sua própria história, mas não a fazem como desejam e sim inseridos em uma circunstância objetivamente dada que o limita e condiciona esta ação.

Uma prova disto, no assunto que por hora enfocamos, são os resultados práticos da chamada revolução sexual. Mesmo em exemplos da mais aparente radicalidade, na ruptura com os moldes burguês de casamento e relação afetiva, muitas vezes, presenciamos a reprodução, na essência, da família burguesa patriarcal. Alguns de nós negaram-se a casar na Igreja e registrar sua união em cartórios burgueses. Entretanto, mesmo na ilegalidade perante Deus e os juizes, os casamentos acabam por reproduzir a opressão que se queria inicialmente negar. O mesmo pode se dizer de várias experiências sindicais que partem de radicais preocupações democráticas, formalmente fazem questão de incluir companheiras em suas direções, para logo reproduzir práticas discriminatórias, quando não abertamente violentas.

Isto significa dizer que a simples decisão política de aceitação de princípios feministas não altera a realidade da opressão, se as relações objetivamente estabelecidas não se alteram. É neste sentido que o papel das mulheres, por viver a opressão do lado do

oprimido, e que são, inegavelmente, as que se mobilizarão, como vanguarda se assim se pode dizer, neste campo de luta. Entretanto isto não quer dizer que para nós, homens, não há nada a fazer a não ser ir tocando a vida e esperar que as companheiras nos eduquem.

Uma companheira afirmou que um homem não poderia olhar a realidade com olhos de mulher porque "ninguém pode compreender o que não sente". Partindo da suposta veracidade do argumento diríamos que é verdade que o homem não pode sentir verdadeiramente a opressão que sofre a mulher. Já dizia Georg Jackson⁴ ao descrever uma conversa entre um branco e um negro onde este último afirma que o branco poderia dançar o watusi, mas eles negros eram o watusi. A imagem além de bonita nos serve precisamente, mas o homem não pode tornar-se uma mulher para compreendê-la. Entretanto, aqui mais uma vez meus fluídos dialéticos entram em pânico.

A ideologia burguesa patriarcal adora fetichizar algumas categorias como sendo masculinas e outras como femininas, chegando as vezes a dar tons de cientificidade a esta construção ideológica. Por esta lógica e acompanhada da separação entre os espaços públicos e privados, o mundo do trabalho e do lar, aparecem como características masculinas a iniciativa, o trato pelo poder, a capacidade gerencial, a agressividade. Da mesma forma as características femininas ficam no campo da afetividade, a emocionalidade, a aptidão para a criação das crianças, e por aí se vai tecendo o tapete ideológico.

Absolutizadas assim as coisas, de maneira ideológica, quando uma mulher faz política, toma iniciativa, se impõe, o preconceito logo a taxa de estar assumindo um comportamento masculino. Interessante notar que o argumento segundo o qual uma pessoa não possa olhar o mundo com olhos de mulher, trás ainda uma certa herança e paga um certo tributo ao preconceito. Ao radicalizar o argumento, para assumir coerentemente o feminismo teríamos que nos tornar mulher ou permanecer como opressor.

Mas, do que se trata, para retomar a imagem, não é se tornar watusi, mas dançar watusi, em tudo que há de belo e complexo nesta imagem. Pressupor a relação, a troca, o ser conduzido (nesta caso pela mulher). Mas qual o interesse, enquanto homem, para se propor ao baile. A simples solidariedade a opressão que sofrem as companheiras? Acredito que não.

É verdade que não se pode compreender em toda a sua complexidade o que não se sente, trata-se então de definir o que sentimos como homens que vivem a relação da opressão patriarcal no papel de opressor. Em se tratando de alguém que se propõe revolucionário é terrível, ou pelo menos, deveria ser. Causa sofrimento, provoca crise, nos questiona. Vemos, não com os olhos de mulher, mas na relação com elas, por sua posição quando é consciente, ou sua resistência que seja, passamos a ver com olhos mais humanos.

Assim o compromisso com a luta da mulher é mais do que solidário, mas é o meio para a própria superação da condição de opressão. Isto é válido para todos os homens? Não. Existem os que não colocam a questão da opressão como problema, usufruem dos privilégios, se ligam a eles, protegem sua fragilidade através do uso da força, escondem-se atrás de subterfúgios ideologizantes do "sempre foi assim", "isto é uma coisa complexa que não mudará de um dia para outro". Deveria ser uma regra para revolucionários.

Poderia haver revolucionários que não colocassem pra si esta questão na sua efetiva totalidade? Com certeza que há revolucionários que não são feministas (homens e mulheres), a história está repleta de exemplos. Entretanto, que pese o fato de termos que construir nova unidade com os revolucionários e atuar em nossas organizações partidárias ou sindicais, com companheiros sinceramente comprometidos com a transformação da sociedade, mas que não

⁴ BROTHER, Soledad. Cartas de prisión de George Jackson. Seix Barral, Monte Ávila – Peregrin Books.

chegaram à compreensão do papel estratégico da libertação da mulher; a posição de quem assume esta perspectiva deveria ser transformá-la numa prática coerente.

A dificuldade desta coerência prática é que seguimos, mesmo após a constatação intelectual ou vivencial desta perspectiva, condicionados por nossas estruturas afetivas e psicológicas, pelas circunstâncias materiais que permanecem inalteradas, pela cultura que nos cerca, pelo universo capitalista que segue em sua objetividade. Estes são nossos limites, elevados em sua potência pelo fato desta luta se dar, em parte, dentro de nós mesmos, homens velhos que se lançaram a incrível ousadia de construir um mundo novo. Mas os revolucionários não devem se assustar com as limitações da situação dada, se são estas nossas cadeias, aí estão para serem quebradas.

Como chamar isto, se de "machistas esclarecido" (que particularmente acho ofensivo) ou "feminista em construção", pouco importa. Somos todos nós seres humanos em constante construção e superação de nossos limites, como homens, como mulheres, como militantes, como revolucionários. Se as pessoas se preocupassem menos com os nomes com que rotulam e mais com as práticas a serem desenvolvidas, esta questão talvez estivesse colocada em outro enfoque.

Neste sentido, a simples colocação do homem como opressor me parece empobrecedora da questão estratégica de superação do patriarcado capitalista. A necessária luta das mulheres, a sua especificidade, não pode fazer as companheiras se distanciarem da percepção que toda luta por igualdade pressupõe a afirmação da desigualdade, que além da luta imediata, e através dela, existe a luta pelo fim da opressão, da transformação das relações entre os sexos, de uma nova sexualidade e um novo padrão de reprodução que não se baseie na opressão da mulher e na escravização das crianças. Nesta luta a relação com os homens deve ser pensada na complexidade de sua particularidade como opressor-aliado.

A especificidade desta questão de papel do homem na relação de opressão, resgatada a partir desta preocupação genérica (ou seja, universal) deve evitar a retomada de uma visão que iguala a exploração a opressão permitindo que se faça transposições indevidas como a que sugere Engels quando afirma que dentro da família o homem representa o burguês enquanto a mulher o proletariado. A consequência prática de uma posição como está é que a luta deve ser frontal e constante. Por conta destas contradições que não são somente teóricas, mas profundamente práticas, é que o movimento de mulheres que vem demonstrando grande amadurecimento na sua linha contra o inimigo tem demonstrado grandes dificuldades em conviver, na prática política, na relação afetiva, com seus aliados (em construção se preferirem).

Concluindo eu diria que os militantes homens que se propõem a uma prática coerente enquanto revolucionários deveriam assumir uma perspectiva feminista, por seus próprios interesses enquanto espécie humana, ainda que contra seus interesses imediatos enquanto homem particular da sociedade capitalista patriarcal. Interesses seus enquanto homem que por viver a opressão no papel de opressor se propõe a alterar esta situação e toma iniciativas concretas para fazê-lo, na redefinição das relações afetivas, na criação dos filhos, na postura diante da companheira, na atenção às práticas incoerentes que a ideologia continua a reproduzir.

Não sei se isto é ver o mundo pelos olhos de uma mulher, se isto é possível ou não. Imagino as mulheres que habitam em um Chico Buarque, se seus olhos são assim de uma mulher ou não. Se podemos sentir, como dizia Che, o tapa que não foi dado em nosso rosto. Eu tenho problemas nestas coisas. Meu corpo as vezes se sente agredido quando sei de uma agressão contra uma companheira., sinto as chibatadas na carne negra que não é minha, as

vezes sou ferido pelo rosto ensangüentado do um jovem coreano ou palestino, me sinto esmagado por tanques em Pequim, meu coração se estilhaça ao ver a família deitada para morrer de fome na Somália e minha mão começa a escrever coisas que não são minhas (as vezes coisas de mulher), meus olhos (de homem) choram lágrimas de outras dores. Quem sabe na evolução imensa, o ser universal de amanhã vença o homem particular que hoje sou.

Mauro Luis Iasi
Amsterdã, 21 de maio de 1991